

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO EM SAÚDE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO EM SAÚDE

DISCIPLINA: GESTÃO FINANCEIRA E CUSTOS HOSPITALARES
RESUMO
O objetivo do gestor financeiro, seja em qualquer empresa, ou na área de saúde, é decidir como os recursos financeiros serão utilizados. Em um primeiro momento ele precisa decidir questões de investimentos na organização, financiamento e gastos de forma geral. É preciso lembrar que não são decisões fáceis, nem de forma isolada, assim sendo, outras áreas e profissionais estarão envolvidos. A dificuldade dos investimentos, principalmente, é porque estes estão ligados a bens duráveis e, por isso, demanda um grande desembolso de recursos, necessitando também de retorno relacionado a estes. A gestão financeira nas empresas de saúde deverá levar em consideração além dessas questões, aspectos específicos. Essas não possuem produtos ou mercadorias que são negociadas e, sim características próprias, que fazem com que estas organizações sejam diferenciadas na sua forma de atuação e também em relação à sua gerência.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO GESTÃO FINANCEIRA DE EMPRESAS DE SAÚDE ADMINISTRAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO NOÇÕES DE PLANEJAMENTO GERENCIAMENTO DE PESSOAS E RECURSOS AULA 2 INTRODUÇÃO FLUXO DE CAIXA PARA EMPRESA DE SAÚDE CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILIDADE DE CUSTOS CONTABILIDADE FINANCEIRA E GERENCIAL AULA 3 INTRODUÇÃO OBJETIVOS DO FATURAMENTO PRINCIPAIS REGRAS COMPONENTES DO FATURAMENTO FÓRMULA DE CÁLCULO DO FATURAMENTO AULA 4 INTRODUÇÃO DIFERENCIAÇÃO ENTRE CUSTOS E DESPESAS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS ALOCÇÃO DOS CUSTOS – COLETA DOS DADOS ALOCÇÃO DOS CUSTOS – RELATÓRIOS AULA 5 INTRODUÇÃO USO DAS INFORMAÇÕES DE CUSTOS E DO MÉTODO A SER UTILIZADO

AÇÕES TÁTICAS E OPERACIONAIS
FORMAS DE CUSTEIO
IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CUSTEIO E DE CENTROS DE CUSTOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DO ORÇAMENTO
FUNDAMENTOS DO PLANO ORÇAMENTÁRIO
VARIÁVEIS DA ENTIDADE PARA O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO
VANTAGENS E LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO

BIBLIOGRAFIAS

- GUINDANI, A. A. et al. Planejamento estratégico orçamentário. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- VASCONCELOS, Y. L.; CORRÊA, M. D. Planejamento financeiro. Curitiba: Iesde, 2013.
- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Planalto, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES

RESUMO

O desafio da gestão da cadeia de suprimentos hospitalar é a diminuição de custos visando um equilíbrio financeiro para a instituição. Aproximadamente 46% dos custos dos hospitais estão relacionados a recursos humanos, 40% se referem à aquisição de materiais, medicamentos e serviços e o restante é voltado para as demais despesas (Pereira, 2018). O mapeamento da cadeia de suprimentos hospitalar permite analisar sua arquitetura, verificar sua ligação com a estratégia da empresa, avaliar a coordenação com os demais setores hospitalares e identificar as possíveis formas de gerar valor e ser um diferencial na entrega do serviço ao paciente (Pereira, 2018). Em uma organização de saúde, o setor de abastecimento é responsável por receber as necessidades dos profissionais de saúde, referente aos insumos (materiais de consumo) e aos equipamentos (materiais permanentes), para que estes possam atender devidamente aos seus pacientes (Santos; Infante, 2007).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
LOGÍSTICA
GESTÃO DE MATERIAIS
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS
FILOSOFIA LEAN THINKING

AULA 2

INTRODUÇÃO
PROBLEMAS ENFRENTADOS NO SETOR DE COMPRA
PAPEL DO COMPRADOR
FORNECEDORES
TECNOLOGIA APLICADA EM COMPRAS

AULA 3

INTRODUÇÃO
PADRONIZAÇÃO

PREVISÃO DE ESTOQUE
PERDAS
ARMAZENAGEM

AULA 4

INTRODUÇÃO
CURVAS PARA ANÁLISE DE ESTOQUE
INVENTÁRIOS
RASTREABILIDADE
ENDEREÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUE

AULA 5

INTRODUÇÃO
INDICADORES
DEFINIÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES
MAPEAMENTO DE PROCESSOS
SUSTENTABILIDADE DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
TIPOS DE LICITAÇÃO
HABILITAÇÃO PARA OS PROPONENTES
EDITAL DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DA LICITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos / logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- OYAMA, C. Logística hospitalar: o desafio do abastecimento. Einstein: Educação Continuada em Saúde, 2009.
- LANNA, E. C. Estratégias e práticas para um gerenciamento logístico eficiente na área hospitalar. Perspectivas Online, [S. l.], v. 5, n. 17, p. 51-65, 24 out. 2011. Disponível em: http://ojs3.perspectivasonline.com.br/index.php/revista_antiga/article/view/478 Acesso em: 24 out. 2020.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE

RESUMO

Iniciamos a disciplina abordando conceitos e história da saúde no Brasil, considerando a linha histórica desde a formação dos sistemas de saúde até os dias atuais, as legislações e os programas de qualificação dos serviços.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS E HISTÓRIA EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE – SUS
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE - ANVISA E ANS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MISSÃO, VISÃO E VALORES ORGANIZACIONAIS

AULA 2

NÍVEIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ANÁLISE SWOT

BALANCED SCORECARD (BSC)

PERSPECTIVAS DO BSC

O SISTEMA GERENCIAL EM SAÚDE

AULA 3

CONCEITOS E OBJETIVOS

A EPIDEMIOLOGIA NA PRÁTICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE

A EPIDEMIOLOGIA E A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE

PROPÓSITOS DA EPIDEMIOLOGIA

AULA 4

GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANEJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ALINHANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO

INOVAÇÃO

AULA 5

GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA EM SAÚDE

CONTRATAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

O PÚBLICO E O PRIVADO NA SAÚDE

MIX PÚBLICO E PRIVADO NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO

A ASSISTÊNCIA INTERDISCIPLINAR COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE

AULA 6

PLANEJAMENTO EM SAÚDE POR CARLOS MATUS

PASSOS PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EM SAÚDE – DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIO E SITUAÇÃO

PASSOS PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EM SAÚDE – DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIO E SITUAÇÃO

MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: PROCESSO

MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: RESULTADO

BIBLIOGRAFIAS

- TAJRA, S. F. Gestão estratégica na saúde: reflexões e práticas para uma administração voltada para a excelência. 4. ed. São Paulo: Érica, 2010.
- VECINA NETO, G.; MALIK, A. M. Gestão em saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/>.

DISCIPLINA:

GESTÃO CONTÁBIL

RESUMO

Nesta disciplina vamos tratar do panorama da contabilidade financeira no Brasil atualmente. Sabemos que a contabilidade no Brasil é fortemente regulada, seja por leis específicas (Lei 6.404/76 e Lei 10.406/2003) ou por normas emanadas dos órgãos reguladores, que serão estudados adiante. Mais precisamente a partir do ano de 2005, o Brasil optou por aderir às regras internacionais de contabilidade, mais precisamente os IFRS, numa tradução livre “Regras internacionais de relatórios financeiros”. Essa nova estrutura conceitual da contabilidade brasileira tem início com a criação em 2005, por meio da resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.055/2005 do CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis – órgão que possui total independência em suas deliberações (pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações), embora receba suporte material do CFC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MODELOS CONTÁBEIS DE EVIDENCIAÇÃO

PRESSUPOSTOS DA ENTIDADE E CONTINUIDADE

PRESSUPOSTOS DA COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS

AUDITORIA E PARECER

AULA 2

INTRODUÇÃO

ATIVO – CONCEITO E COMPONENTES

PASSIVO – CONCEITO E COMPONENTES

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE RECEITAS E DESPESAS

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

ASPECTOS FISCAIS DOS COMPONENTES DA DRE

ASPECTOS ESPECIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DFC PELO MÉTODO INDIRETO

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

VARIAÇÕES NA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 5

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DO DVA

DVA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS

APLICAÇÃO PRÁTICA DAS NES

AULA 6

INTRODUÇÃO

ATIVOS CONTINGENTES

PASSIVOS CONTINGENTES
RESERVAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PROVISÕES

BIBLIOGRAFIAS

- MARION, J. C.; REIS, A. Contabilidade avançada. São Paulo: Saraiva, 2006.
- OLIVEIRA, A. C. L. de; LUZ, É. E. da. Contabilidade societária. Curitiba: IESDE, 2012.
- ALMEIDA, M. C. Manual prático de interpretação contábil da lei societária. São Paulo: Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DA SAÚDE NO BRASIL

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos a evolução histórica da tutela aos bens ambientais a partir da contextualização do desenvolvimento social com base no modo de produção, o que agravou impactos adversos sobre o meio ambiente, até a percepção do ser humano acerca da ocorrência desses danos ambientais e a tomada de decisão na adoção de ações concretas para sua proteção e sua remediação. A compreensão de que os recursos naturais são bens essenciais à vida e seu uso indiscriminado e incorreto poderia acarretar danos irreparáveis à sociedade como um todo gerou uma discussão sobre a necessidade de tutelar legalmente o meio ambiente por meio de diversas ferramentas. Partindo da Revolução Industrial, perpassando as décadas de 1960, 1970 e 1980, chegamos ao final dos anos 1990 com uma série de acordos, convenções e leis a fim de tornar o desenvolvimento econômico menos impactante ao meio ambiente e à própria humanidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MARCO HISTÓRICO DO DIREITO DA SAÚDE NO BRASIL

O DIREITO AMBIENTAL E DA SAÚDE NO MUNDO

JURISPRUDÊNCIA E ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO AMBIENTAL

JURISPRUDÊNCIA E ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO DA SAÚDE

AULA 2

INTRODUÇÃO

LICENCIAMENTO E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

ATOS PUNITIVOS E SANÇÕES, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A QUALIDADE DO AR E A POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇAS NO CLIMA

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

A PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS, ARQUEOLÓGICOS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
ÁREAS DEGRADADAS E GESTÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS
NORMATIVAS DE GESTÃO E INDICADORES

AULA 5

INTRODUÇÃO

POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PNVS)

PRINCIPAIS NORMATIVAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) PARA A SAÚDE

OS REQUISITOS DE BPFS PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

PANORAMA LEGAL DE CONTROLE DE POTABILIDADE DA ÁGUA E RUÍDOS

MONITORAMENTO DE AGROTÓXICOS

POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A AGENDA 3030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BIBLIOGRAFIAS

- SIRVINSKAS, L. P. Manual de direito ambiental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- JAQUES, M. D. A tutela internacional do meio ambiente: um contexto histórico. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 11, n. 22. p. 299-315. jul./dez. 2014.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Qualidade ambiental. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/rqma/qualidade-ambiental>.

DISCIPLINA:

CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA EM SAÚDE

RESUMO

É de extrema importância que se conheçam quais os caminhos que o Sistema Único de Saúde (SUS) teve para chegar ao que temos hoje de tecnologia e avanços no cuidado da saúde da população. Para isso, devemos conhecer a história da saúde e os marcos e leis que instituíram a auditoria em saúde no SUS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

OS SISTEMAS DE SAÚDE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

OS MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE

AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE E AS LINHAS DE CUIDADO

AULA 2

INTRODUÇÃO

OS INSTRUMENTOS DA REGULAÇÃO EM SAÚDE

A POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE

OS COMPLEXOS REGULADORES DA ATENÇÃO À SAÚDE

CONTRATUALIZAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

O CONTROLE DAS AÇÕES E SERVIÇOS EM SAÚDE

O PROCESSO DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

O DATASUS E OS OUTROS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

PILARES DA QUALIDADE

AValiação DOS RESULTADOS ESPERADOS

PROCESSOS DE AValiação DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

FORMAS DE AValiação

AULA 5

INTRODUÇÃO

A AUDITORIA E SUA BASE LEGAL

O PAPEL DO AUDITOR

INSTRUMENTOS DE AUDITORIA

A CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

A AUDITORIA ANALÍTICA E A OPERATIVA

TÉCNICAS DE AUDITORIA

RELATÓRIOS DA AUDITORIA: AMBULATORIAL E HOSPITALAR

AUDITORIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR

BIBLIOGRAFIAS

- MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Opas, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma. Brasília, 22 maio 2019. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

RESUMO

Para falar de políticas públicas de saúde, é de fundamental importância que estudemos a origem do cuidado, as motivações para que ele aconteça e como a responsabilidade do cuidado se estabeleceu de forma oficial, tornando-se uma tarefa do estado, até que se expressasse na forma como conhecemos e denominamos hoje de políticas públicas de saúde. Vivemos, atualmente, uma onda de questionamentos a esse respeito em razão das recentes ondas migratórias, sobretudo de pessoas empobrecidas pelas guerras ou catástrofes, que buscam desesperadamente por outros locais onde possam viver com um pouco mais de segurança. As sociedades mais desenvolvidas no contexto social se

manifestam de diversas maneiras, ora acolhendo, ora rejeitando os refugiados. No meio desta ambivalência de sentimentos, repete-se a pergunta que vem sendo feita desde os primórdios das organizações da sociedade: De quem é a tarefa de cuidar? Esta disciplina nos levará a uma melhor compreensão das prioridades estabelecidas pelos governos e também como podemos contribuir para um cuidado melhor executado e mais justo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CUIDADO COM OS MAIS FRÁGEIS E VULNERÁVEIS
O CUIDADO POR RAZÕES RELIGIOSAS E HUMANITÁRIAS
RAZÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS
RAZÕES ECONÔMICAS PARA O CUIDADO
COMO EXERCER O CUIDADO?

AULA 2

O VAZIO ASSISTENCIAL
SANITARISMO CAMPANHISTA
PERÍODO MÉDICO ASSISTENCIAL PRIVATISTA
O INAMPS
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

AULA 3

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
ESFS RIBEIRINHAS E FLUVIAIS
ESF PARA AS POPULAÇÕES EXTREMAMENTE VULNERÁVEIS
A NOVA PNAB E O DESAFIO DE QUALIFICAÇÃO DA APS

AULA 4

FORMATAÇÃO LEGAL DO SISTEMA
NOB 96 – O SUS MUNICIPAL
NOAS: 2002
O PACTO PELA SAÚDE DE 2006
OS TRÊS PILARES DO PACTO

AULA 5

OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)
REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA
CONTROLE DO HIV/AIDS

AULA 6

O QUE É PROMOÇÃO DE SAÚDE?
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EQUIDADE
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A CULTURA DA PAZ
A PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. Determinantes Sociais de Saúde. Physis: Rev. Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 77-93, Rio de Janeiro, 2007.
- NASCIMENTO, A. A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789- 1832). São Paulo: Annablume; FINEP, 2008.
- WAN-DALL JR, O. A. (Estado, cidade e direito de ser) exceção: sobre políticas antidemocracia e o estado de inclusão na cidade residual. Disponível em: www.ppgau.ufba/urbicentros/2012/st243.pdf.

DISCIPLINA:
VIGILÂNCIA EM SAÚDE
RESUMO
O conceito de vigilância como um instrumento de saúde pública surgiu no final do século XIX, com o desenvolvimento da microbiologia e como conhecimento sobre a transmissão de doenças infecciosas (Arreaza; Moraes, 2010) e está historicamente relacionado aos conceitos de saúde e doença vigentes em cada época e lugar, às práticas de atenção aos doentes e aos mecanismos adotados para impedir a disseminação de enfermidades.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA RISCO POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
AULA 2 INTRODUÇÃO COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES NOTIFICAÇÃO DEFINIÇÕES RELEVANTES IMUNIZAÇÕES
AULA 3 INTRODUÇÃO CONCEITOS BÁSICOS ANVISA AÇÕES E ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ANVISA COMPETÊNCIAS
AULA 4 INTRODUÇÃO OBJETIVOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL VIGILÂNCIA AMBIENTAL NO BRASIL SANEAMENTO BÁSICO DOENÇAS RELACIONADAS
AULA 5 INTRODUÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR

ACIDENTES DE TRABALHO
PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO
RISCOS QUÍMICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
DOENÇAS DE BAIXA INCIDÊNCIA E ALTA IMPORTÂNCIA
SARAMPO
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS
DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

BIBLIOGRAFIAS

- BARATA, L. R. B.; TANAKA, O. U.; MENDES, J. D. V. 15 anos do SUS: desafios e perspectivas. Saúde em Revista, v. 5, n. 11, p. 7-14, 2003.
- SARRETA, F. O. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2009.
- ARREAZA, A. L. V.; MORAES, J. C. Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n. 4, p. 2.215-2.228, 2010.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA E SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO

RESUMO

Segundo Albuquerque (S.d.), a temática de segurança no ambiente de trabalho “pode ser entendida como os conjuntos de medidas que são adotadas visando minimizar os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho do trabalhador”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO
AGENTES ENVOLVIDOS NA SEGURANÇA E SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO
NA CF E CLT
ORGANIZAÇÃO ESTATAL RELACIONADA À SEGURANÇA DO TRABALHO
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

AULA 2

INTRODUÇÃO
GESTÃO PARTICIPATIVA
BASE LEGAL REFERENTE AO MEIO AMBIENTE SEGURO E SAUDÁVEL AO
TRABALHADOR
O AMPLO CONCEITO DE MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
O COMPORTAMENTO PREVENTIVO

AULA 3

INTRODUÇÃO
NR 4: QUADROS III, IV, V E VI
NR 7 E PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL)
NR 9 E PPRA (PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS)
NR 9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
NR 6
RESPONSABILIDADE DO FABRICANTE DO EPI
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPCS)

AULA 5

INTRODUÇÃO
ASPECTOS ESPECÍFICOS DA ISO 9000
CERTIFICAÇÃO ISO 14000
ABNT NRT 18801
REQUISITOS-CHAVE DA ISO/DIS 45.001

AULA 6

INTRODUÇÃO
INSALUBRIDADE
NR15
PERICULOSIDADE
NR16

BIBLIOGRAFIAS

- AGÊNCIA EUROPEIA PARA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. Vantagens para as empresas de uma boa segurança e saúde no trabalho. Facts 77. Disponível em:
https://osha.europa.eu/sites/default/files/publications/documents/pt/publications/factsheets/77/Factsheet_77_-_Vantagens_para_as_empresas_de_uma_boa_seguranca_e_saude_no_trabalho.pdf.
- ALBUQUERQUE, D. O que é segurança no trabalho? Templum. Disponível em:
<https://certificacaoiso.com.br/e-seguranca-trabalho>.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, DF, 1 maio 1943. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.

DISCIPLINA:
SAÚDE COLETIVA

RESUMO

A temática do compliance vem sendo bastante discutida, tanto no âmbito corporativo quanto na seara acadêmica. Se antes apenas grandes empresas com ações negociadas em bolsas de valores e instituições financeiras se preocupavam com o compliance, hoje milhares de organizações, de diferentes setores, independentemente do porte e mesmo sem finalidade lucrativa, também estão implantando modelos de compliance em seus ambientes institucionais. Veremos então que a discussão em torno do compliance é recente no Brasil e veio à tona quando graves escândalos de corrupção envolvendo a administração pública começaram a ser revelados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

TEORIAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

OS QUATROS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

MECANISMOS DE CONTROLE

AULA 2

INTRODUÇÃO

PROGRAMA DE COMPLIANCE/INTEGRAÇÃO

COMPLIANCE NA ÁREA DA SAÚDE

RESPONSABILIDADES NA LEI ANTICORRUPÇÃO Nº 12.846 DE 2013

ACORDO DE LENIÊNCIA

AULA 3

INTRODUÇÃO

ISO 19600 DE 2014 E ISO 37001 DE 2016

ISO 45001 DE 2018 (SISTEMAS DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL)

COMPLIANCE NA SAÚDE OCUPACIONAL

CONFORMIDADE E INTEGRIDADE NA ÁREA DA SAÚDE

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCOS NAS ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

MODELO COSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

PRINCIPAIS RISCOS E CONTROLES CORPORATIVOS
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

O DIREITO CONSTITUCIONAL À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE

A LGPD BRASILEIRA: CONCEITOS, APLICAÇÃO, PRINCÍPIOS; AGENTES E HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

OS DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS E A SISTEMÁTICA DE RESPONSABILIDADES E SANÇÕES DA LGPD

AS APLICAÇÕES DA LGPD AO SETOR DE SAÚDE

AULA 6

INTRODUÇÃO

COMPLIANCE E ERRO MÉDICO – RESPONSABILIDADE CIVIL

COMPLIANCE CRIMINAL NA ÁREA DA SAÚDE – RESPONSABILIDADE PENAL

COMPLIANCE REGULATÓRIO

COMPLIANCE CONTRATUAL/TRABALHISTA

BIBLIOGRAFIAS

- SILVEIRA, R. de M. J.; SAAD-DINIZ, E. Compliance, direito penal e lei anticorrupção. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- VERÍSSIMO, C. Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017
- VENTURA, L. H. C. O compliance na área da saúde. Jus.com.br, jun. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66728/o-compliance-na-area-dasaude>.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES

RESUMO

Atualmente, o hospital é considerado uma das instituições fundamentais da sociedade. Sua importância está relacionada ao papel que desempenha na vida da comunidade, uma vez que dele necessitamos nos momentos fundamentais de nossas vidas, como nascimento, doenças e morte. Ao mesmo tempo, o hospital é uma das mais complexas organizações, pois reúne um conjunto de serviços de clínicas, hotel, restaurante, farmácia, lavanderia, laboratório, entre outros. Por atender aos clientes que necessitam de serviços de diferentes especialidades e complexidades, os hospitais possuem desde tecnologias simples até as mais sofisticadas. Além disso, os hospitais são as principais instituições no sistema de prestação de serviços de saúde, pois é neles que ocorrem as internações e os atendimentos ambulatoriais. Essas instituições empregam aproximadamente 56% dos profissionais de saúde e são responsáveis por 67% do gasto total e 70% dos gastos públicos na área; e por estes motivos é tão importante a correta gestão de todos estes serviços.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O PAPEL DO HOSPITAL

CLASSIFICAÇÃO DOS HOSPITAIS

COMPLEXIDADE HOSPITALAR

EXCELÊNCIA HOSPITALAR

AULA 2

INTRODUÇÃO
UNIDADES ASSISTENCIAIS
SERVIÇOS TÉCNICOS
SERVIÇOS DE APOIO E ADMINISTRATIVOS
DESOSPITALIZAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
TIPOS DE GESTÃO
CUSTOS HOSPITALARES
GESTÃO DE PESSOAS
INDICADORES HOSPITALARES

AULA 4

INTRODUÇÃO
TIPOS DE GESTÃO
CUSTOS HOSPITALARES
GESTÃO DE PESSOAS
INDICADORES HOSPITALARES

AULA 5

INTRODUÇÃO
SITUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA
TENDÊNCIAS NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
ACREDITAÇÃO HOSPITALAR
TENDÊNCIA À DESOSPITALIZAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES
CARACTERÍSTICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE
QUALIDADE
FERRAMENTAS DE GESTÃO

BIBLIOGRAFIAS

- MICKEE, M.; HEALY, J. (ed.). Hospitals in changing Europe. Buckingham: Open University Press, 2002.
- MINOTTO, R. A estratégia em organizações hospitalares. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 196 p. 2003.
- MARQUES, S. L. F. Da responsabilidade civil médico-hospitalar. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciência Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DISCIPLINA:

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO

E o que é um sistema de informação? Para que serve? De que maneira um sistema de informação pode auxiliar no processo de gestão em saúde? Como podemos “desenhar” um sistema de informação, sendo ou não especialistas em informática? Como enxergar “o todo”

de uma organização, para que possamos elaborar um fluxo que atenda ou “converse” com outros setores, a fim de atender a uma necessidade particular? Procuraremos oferecer da maneira mais específica possível as respostas – ou os caminhos – a esses e a outros questionamentos. Esperamos que você, futuro gestor em saúde, tenha todo o ferramental necessário para poder implantar um sistema de informação, ou simplesmente melhorar o sistema existente em seu local de atuação, tanto individualmente, como em equipe. Antes, porém, necessitamos contextualizar todo o ambiente tecnológico em que vivemos hoje, e expor algumas teorias e conceitos que auxiliarão na compreensão dos conteúdos futuros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

TEORIA DOS SISTEMAS

CONCEITOS DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E SISTEMA DE GESTÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

ENTENDENDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

ETAPA 1: PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE DADOS

ETAPAS 2 E 3: ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO

ETAPA 4: OBTENDO INFORMAÇÕES

AULA 3

INTRODUÇÃO

SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES (SPT)

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT (CRM)

ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (ERP)

AULA 4

INTRODUÇÃO

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DO SUS

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA ANS

SISTEMAS DE AUDITORIA – DENASUS

SAÚDE DIGITAL, RNDS E CONECTE SUS

AULA 5

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DE TI: HARDWARE

ESTRUTURA DE TI: SOFTWARE

ESTRUTURA DE TI: REDES

ARQUITETURA CLIENTE/ SERVIDOR

AULA 6

INTRODUÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

SISTEMAS LEGADOS

ESTUDO DE CASO (PARTE 1)

ESTUDO DE CASO (PARTE 2)

BIBLIOGRAFIAS

- LAUDON, K.; LAUDON, J. Sistemas de informações gerenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- STAIR, R.; REYNOLDS, G. Princípios de sistemas de informação. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- SACOMANO, J. B. [et al.] (Org.). Indústria 4.0: conceitos e fundamentos. São Paulo: Blucher, 2018.